TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO E DESCRIÇÃO

1.1. Objetiva-se a escolha da proposta mais vantajosa, pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO TÉCNICO OPERACIONAL À TESOURARIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CULTURANDO, VISANDO APOIAR OPERACIONALMENTE AS ATIVIDADES DE TESOURARIA RELACIONADAS AOS PROGRAMAS, PROJETOS, AÇÕES, CONTRATOS E DEMAIS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELO CONSÓRCIO, CONTROLE CRONOLÓGICO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS DAS RECEITAS E DESPESAS, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, O CONTROLE OPERACIONAL DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS, O ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE PROGRAMA E CONTRATOS DE RATEIO, BEM COMO O SUPORTE ÀS ROTINAS ADMINISTRATIVAS DE TESOURARIA.**

Item	Descrição	Unid.	Qtde.
01	Prestação de serviços especializados de apoio técnico operacional à Tesouraria do Consórcio Intermunicipal Culturando, visando apoiar operacionalmente as atividades de tesouraria relacionadas aos programas, projetos, ações, contratos e demais instrumentos celebrados pelo Consórcio, controle cronológico de pagamentos e recebimentos das receitas e despesas, a programação financeira, o controle operacional de pagamentos e recebimentos, o acompanhamento dos Contratos de Programa e Contratos de Rateio, bem como o suporte às rotinas administrativas de tesouraria.	Serviço	12

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos dos art. 105 e 106 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.
1.3. Os serviços técnicos especializados, objeto desta contratação, atendem às necessidades permanentes e prolongadas relacionadas a aspectos técnicos e ao cumprimento das obrigações acessórias, garantindo a conformidade com os marcos normativos legais e aplicáveis e, na conformidade do disposto no artigo 6º, inciso XV, da Lei n° 14.133/2021, possuem natureza contínua e indispensável ao regular funcionamento das atividades administrativas.
1.4. Os serviços pretendidos têm natureza de serviços contínuos, conforme Art. 6º, XV da lei nº 14.133/2021, em razão da sua necessidade permanente.

1. DA JUSTIFICATIVA

2.1. 2.1. O Consórcio Intermunicipal Culturando desenvolve programas, projetos, eventos e ações em diversas áreas de interesse público, realizando pagamentos a fornecedores, oficineiros, artistas, profissionais credenciados, prestadores de serviços e demais contratados. O aumento das atividades administrativas e financeiras exige acompanhamento permanente das rotinas de tesouraria, visando garantir maior eficiência operacional, controle dos recursos públicos, regularidade dos pagamentos, acompanhamento dos repasses dos entes consorciados e adequada execução financeira dos instrumentos celebrados pelo Consórcio. A contratação pretendida possui natureza operacional e gerencial, destinada ao apoio das atividades da Tesouraria, não se confundindo com os serviços de contabilidade pública, planejamento orçamentário, controladoria, auditoria ou assessoria jurídica.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação da contratação e a descrição da necessidade de contratação encontram-se no item 02 deste termo.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo consiste na contratação de empresa para prestação de serviços especializados de apoio técnico operacional à tesouraria do Consórcio Intermunicipal Culturando, visando apoiar operacionalmente as atividades de tesouraria relacionadas aos programas, projetos, ações, contratos e demais instrumentos celebrados pelo consórcio, controle cronológico de pagamentos e recebimentos das receitas e despesas, a programação financeira, o controle operacional de pagamentos e recebimentos, o acompanhamento dos contratos de programa e contratos de rateio, bem como o suporte às rotinas administrativas de tesouraria, através de dispensa de licitação.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação, deverá a Contratada comprovar o atendimento dos requisitos previstos no art. 62 da Lei 14.133/2021, sendo:

5.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

5.1.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

5.1.3. Prova de inscrição no cadastro de **CONTRIBUINTE ESTADUAL** e/ou **MUNICIPAL**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, a saber:

5.1.3.1. Se o ramo de atividade da empresa for comércio, deverá apresentar prova de **INSCRIÇÃO ESTADUAL**;

5.1.3.2. Se o ramo de atividade da empresa for prestação de serviço, deverá apresentar prova de **CADASTRO MUNICIPAL**.

5.1.3.3. Se o ramo de atividade da empresa envolver comércio e prestação de serviço deverá apresentar prova de **INSCRIÇÃO ESTADUAL e MUNICIPAL**.

5.1.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.

5.1.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual** da sede ou do domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

5.1.6. Prova de regularidade perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (FGTS).

5.1.7. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

5.1.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

5.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.1.9. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** apresentar ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OU CERTIDÃO, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o participante tenha prestado serviços compatíveis em características com o objeto desta licitação. O atestado deverá ser apresentado em papel timbrado, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone da pessoa

jurídica emitente, data de emissão e identificação do responsável pela emissão do atestado (nome, cargo e assinatura).

5.1.10. Apresentar certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

5.1.11. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.1.12. Declaração de que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado), somente para as licitantes com sede ou matriz no Estado de São Paulo;

5.1.13. Declaração de que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;

5.1.14. Declaração de que cumpre a determinação de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021;

5.1.15. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.1.16. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste termo;

5.1.17. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Ccadastro%2CcpfCnpj%2CnomeSancionado%2CufSancionado%2Corgao%2CcategoriaSancao%2CdataPublicacao%2CvalorMulta%2Cquantidade); e

c) Pesquisa na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relação-de-apenados).

5.1.18. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.1.19. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

5.1.20. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio da análise dos documentos apresentados.

5.1.21. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação de habilitação, ou encaminhar, quando solicitado pela contratante, a respectiva documentação atualizada.

5.1.22. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.1.23. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.1.24. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Da Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):
5.2. Não se aplica.

Da exigência de amostra
5.3. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade
5.4. Não se aplica.

Da Subcontratação
5.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da Garantia da contratação
5.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Das Condições de Execução
6.1. Todas as despesas referentes a execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada, ficando estipulada a total inexistência de vínculo trabalhista entre as partes contratantes, excluindo as obrigações previdenciárias e os encargos sociais.
6.2. A empresa contratada deverá seguir, rigorosamente, as especificações e exigências deste Termo de Referência.
6.3. A CONTRATADA deverá realizar as seguintes atividades:
6.3.1. Contratos de Programa:

I – acompanhar a execução financeira dos Contratos de Programa firmados pelo Consórcio;
II – acompanhar os registros administrativos de receitas recebidas e pagamentos realizados vinculados a cada instrumento;
III – controlar a movimentação financeira relacionada às ações executadas;
IV – elaborar relatórios gerenciais de acompanhamento financeiro.

6.3.2. Contratos de Rateio

I – acompanhar os repasses financeiros dos entes consorciados;
II – monitorar inadimplências e pendências financeiras;
III – emitir demonstrativos de acompanhamento;
IV – auxiliar na organização das informações financeiras para cobrança administrativa.

6.3.3. Processamento de Pagamentos:

I – receber e conferir documentos necessários à liquidação das despesas;
II – organizar processos de pagamento;
III – controlar vencimentos de obrigações financeiras;
IV – programar pagamentos conforme disponibilidade financeira;
V – acompanhar a execução dos pagamentos autorizados pelo ordenador de despesas;

VI – controlar pagamentos de artistas, oficineiros, palestrantes, fornecedores e prestadores de serviços.

6.3.4. Documentação Fiscal:

I – conferir notas fiscais e documentos equivalentes;
II – verificar compatibilidade entre contrato, empenho, nota fiscal e execução do objeto;
III – controlar documentação necessária para liquidação da despesa;
IV – organizar arquivos físicos e digitais relativos aos pagamentos.

6.3.5. Movimentação Bancária:

I – acompanhar saldos bancários;
II – monitorar entradas e saídas financeiras;
III – realizar conferências operacionais entre extratos bancários e controles internos da tesouraria;
IV – elaborar demonstrativos de movimentação financeira;
V – auxiliar na gestão do fluxo de caixa.

6.3.6. Relatórios Gerenciais:

I – elaborar relatórios financeiros periódicos;
II – apresentar demonstrativos de pagamentos realizados;
III – apresentar demonstrativos de receitas recebidas;
IV – emitir relatórios de acompanhamento dos contratos de programa e contratos de rateio;
V – elaborar indicadores gerenciais para apoio à tomada de decisão.

6.4. DAS ATIVIDADES EXPRESSAMENTE EXCLUÍDAS

6.4.1. A presente contratação não compreende:

I – escrituração contábil;
II – elaboração de balanços;
III – elaboração de balancetes;
IV – elaboração de demonstrações contábeis;
V – encerramento contábil mensal ou anual;
VI – planejamento orçamentário;
VII – elaboração de PPA, LDO ou LOA;
VIII – folha de pagamento;
IX – obrigações acessórias;
X – prestação de serviços privativos de contador;
XI – elaboração de pareceres contábeis;
XII – auditoria;
XIII – controladoria;
XIV – consultoria jurídica;
XV – emissão de pareceres jurídicos;
XVI – representação perante órgãos de controle;
XVII – responsabilidade técnica por registros contábeis.

6.5. A contratada deverá disponibilizar mensalmente:

I – Relatório de acompanhamento dos Contratos de Programa;
III – Relatório de pagamentos efetuados;
IV – Relatório de receitas recebidas;
V – Demonstrativo de fluxo financeiro;
VI – Relatório de pendências financeiras;
VII – Relatório de acompanhamento bancário;
VIII – Relatório consolidado das atividades executadas.

6.6. DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

6.6.1. A presente contratação possui natureza exclusivamente operacional, administrativa e gerencial, vinculada às atividades de Tesouraria Pública.

6.6.2. As atividades executadas pela contratada não substituem nem se confundem com os serviços de assessoria contábil, planejamento orçamentário, folha de pagamento e obrigações acessórias atualmente contratados pelo Consórcio, permanecendo estas atribuições sob responsabilidade dos respectivos profissionais e contratos específicos.

6.6.3. A contratada atuará exclusivamente como unidade de apoio à Tesouraria, sem qualquer responsabilidade pela elaboração de registros contábeis ou emissão de pareceres técnicos de natureza contábil.

6.6.4. A contratada não possuirá competência para autorizar pagamentos, ordenar despesas, movimentar contas bancárias, assinar documentos financeiros, efetuar transferências bancárias ou praticar atos de gestão financeira em nome do Consórcio, competindo tais atribuições exclusivamente às autoridades legalmente designadas.

6.6.5. A contratação possui caráter de apoio técnico especializado e não implica delegação de competência administrativa, substituição de servidor público ou transferência de atribuições típicas da Administração.

6.6.6. Fica expressamente consignado que os serviços objeto desta contratação não se confundem nem substituem os serviços de assessoria contábil, planejamento orçamentário, folha de pagamento, obrigações acessórias, consultoria financeira, controladoria ou auditoria eventualmente contratados pelo Consórcio, destinando-se exclusivamente ao apoio operacional das atividades de tesouraria.

6.7. Os serviços serão executados de forma contínua, mediante atendimento presencial e remoto, conforme demanda da Administração.

6.8. A contratada deverá disponibilizar responsável técnico para atendimento das demandas do Consórcio durante o horário normal de expediente.

Especificação da Garantia do Serviço

6.9. Conforme art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021 o prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Recebimento do Objeto
8.1. A empresa se obriga a iniciar a execução dos serviços após a assinatura do contrato.
8.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
8.3. A contratada deverá efetuar a execução, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos;
8.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
8.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
8.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
8.8. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
8.9. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
8.10. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
8.11. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
8.12. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

8.13. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.14. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

8.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento provisório e definitivo, se for o caso, ocorrerá a liquidação da despesa, nos termos da legislação vigente.

8.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on- line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Do Prazo de pagamento

8.21. O pagamento será efetuado após a execução dos serviços no prazo de **10 (dez) dias úteis** após a emissão na nota fiscal e contados da finalização da liquidação da despesa.

8.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária, incidentes e proporcionais aos dias de atraso.

Da Forma de pagamento

8.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Da Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade de Dispensa de Licitação, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

Das Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá a Contratada comprovar o atendimento dos requisitos previstos no art. 62 da Lei 14.133/2021, conforme item 5 deste termo.

10. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

10.1. A contratação tem seu fundamento no **art. 75, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021**, que reza que nos valores referidos nos Incisos I e II do caput do Artigo 75 **serão duplicados** para compras, obras e serviços contratados por **consórcio público**, ou por autarquia ou fundação qualificadas como agencias executivas na forma da lei, que após atualização do valor através do Decreto Federal nº 12.807/2025, permite a contratação para valores de até R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) sendo assim no Consorcio para, a modalidade "Dispensa de Licitação" pode ser utilizada até **R$ 130.984,22 (cento e trinta mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e dois centavos)**.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à custa do recurso descritos no orçamento vigente do Consórcio Intermunicipal Culturando.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

12.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.4. Atender às determinações regulares emitidas pela contratante (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
13.8. Comunicar à contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
13.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
13.10. Manter durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação para contratação;
13.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação;
13.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DO REAJUSTE DE PREÇOS:
14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA ou IGPM de dois meses anteriores ao aditamento, desde que observados os preços, condições e índice mais vantajosos para a Administração.
14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
15.1. Será designado como gestor do contrato, o Sr. LUIZ MOZZAMBANI NETO.
15.2. Será designado como fiscal do Contrato, o Sr. EDEMILSON JOSÉ DO VALE.

Santa Lúcia, 23 de junho de 2026.

EDEMILSON JOSÉ DO VALE
Secretário Executivo